



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0016943-92.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**  
 Requerente: **Condomínio Residencial Sempre Verde I**  
 Requerido: **Vanderlei Manoel do Amaral**

Proc. 1947/13

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SEMPRE VERDE I, já qualificado nos autos, moveu ação de cobrança contra VANDERLEI MANOEL DO AMARAL, também já qualificado, alegando, em síntese, que é credor do réu, da importância já atualizada e acrescida de multa de R\$ 317,70, relativa a parcelas de condomínio vencidas nos meses de janeiro de 2013 a agosto de 2013.

Aduzindo que restaram infrutíferas suas tentativas para recebimento amigável do débito, protestou o condomínio autor pela procedência desta ação.

Pugnou, por fim o suplicante, pela aplicação do dispositivo contido no art. 290, do CPC, com a inclusão ao débito, das parcelas vincendas até a liquidação integral do débito.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 05/06).

A fls. 17, o condomínio autor juntou aos autos cópia da ata de assembleia de eleição do síndico.

Designada audiência e regularmente citado, o réu não compareceu ao ato, razão pela qual, o condomínio autor protestou pelo decreto de revelia.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é de rigor.

Como acima anotado, o suplicado é revel.

A revelia faz presumir aceitos como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, notadamente, a dívida relativa às taxas de condomínio e a inadimplência aludida na inicial.

Ante todo o exposto, a procedência da ação é medida que se impõe.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** a ação.

Em consequência, condeno o réu a pagar ao condomínio autor, a quantia de R\$ 317,70, devidamente corrigida a partir da data do ajuizamento da ação e acrescida de juros de mora, estes contados a partir da citação.

Fundamentado no art. 290, do CPC, autorizo a inclusão no débito, de eventuais prestações vencidas até a data da prolação desta e, ainda, das vincendas posteriormente, até a data da efetiva quitação do débito em execução.

O réu arcará com as custas do processo e honorários advocatícios, que fixo, amparado nas balizas impostas pelo art. 20, do CPC, em 10% (dez por cento) do valor total do débito.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 14 de abril de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**